

## **8ª Legislatura - 3ª Sessão Legislativa**

**31 de maio de 2017**

### **Ata da Quinta Sessão Extraordinária**

Às vinte e uma horas e dezesseis minutos, do dia trinta e um do mês de maio, do ano de dois mil e dezessete, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados, no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Mauro Carlesse, secretariado pelos Senhores Deputados Jorge Frederico, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados Elenil da Penha, Eli Borges, Ivory de Lira, Jaime Café, Jorge Frederico, José Bonifácio, Olyntho Neto, Osires Damaso, Paulo Mourão, Rocha Miranda, Stalin Bucar, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Luana Ribeiro, Valderez Castelo Branco e Solange Duailibe. Encontram-se licenciados os Senhores Deputados Eduardo Siqueira Campos, Eduardo do Dertins, Ricardo Ayres e Vilmar de Oliveira. Estavam ausentes os Senhores Deputados Alan Barbiero, Amélio Cayres, Cleiton Cardoso, Nilton Franco, Toinho Andrade, Valdemar Júnior

e a Senhora Deputada Amália Santana. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência do Plenário, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foi lido e despachado o Expediente: Mensagem número 67/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando a Medida Provisória número 37/2017, que “isenta de custas e emolumentos, junto às serventias extrajudiciais do Tocantins, o primeiro registro de título de legitimação de posse e de título de propriedade do imóvel, outorgados na forma que especifica, reedição da Medida Provisória número 28, publicada em 20 de abril de 2017”. Não havendo Matérias a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em segunda fase de discussão e votação, os Projetos de Lei números: 8/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Xambioá a área de terreno urbano que especifica, e adota outra providência”, que deu origem ao Processo número 35/2017; 51/2017, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “altera os arts. 18 e 25 da Lei número 2.296, de 11 de março de 2010, que dispõe sobre o Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado do Tocantins – Plansaúde e o Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado do Tocantins – Funsaúde”, que deu origem ao Processo

número 108/2017; 101/2017, de autoria da Mesa Diretora, que “dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos dos Servidores Efetivos e dos cargos de provimento em comissão da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 124/2017; 2/2017, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, que “concede revisão geral da remuneração dos Servidores do Quadro de Cargos Efetivos e do Quadro de Cargos e Provimento em Comissão do Poder Judiciário do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 116/2017; 1/2017, de autoria do Ministério Público do Estado do Tocantins, que “altera a Lei número 2.580, de 3 de maio de 2012, que dispõe sobre a estrutura organizacional dos Órgãos e Serviços Auxiliares de Apoio Administrativo do Ministério Público do Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 123/2017; 2/2017, de autoria das Comissões: de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transporte, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 109/2017; e 3/2017, de autoria das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle; e

Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, que “dispõe sobre a revisão geral anual da remuneração dos cargos de provimento em comissão do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 110/2017; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às vinte e uma horas e vinte e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

*1º Secretário*

*Presidente*

*2º Secretário*